



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

NÃO É DE HOJE

Marcos Roberto Inhauser

Aos menos atentos têm causado espanto e escândalo as recentes notícias vindas da planície central dando conta que um número significativo de pastores, bispos e outros religiosos cristãos meteram a mão na cumbuca dos Vedoin.

Dados estatísticos comparativos mostram que a participação dos “evangélicos” (não gosto do termo por ser genérico, impreciso, sem fundamentação histórica, teológica ou sociológica) foram muito mais susceptíveis às tentações que outros parlamentares que não fazem alarde das suas opções religiosas. Há várias tentativas de explicações para tal fato e um passeio pela internet mostrará uma boa quantidade de artigos escritos por outros pastores, tentando entender o que aconteceu.

Ocorre que o fato não é novo. O envolvimento escancarado dos cristãos-não-católicos com práticas escusas ou questionáveis é antiga. Houvesse CPI nos tempos da Constituinte e, mais especificamente para a votação do mandato de cinco anos do Sarney, muitos deputados religiosos teriam sido flagrados com a mão na grana, ou melhor, nas concessões. Na oportunidade, as moedas de troca foram concessões de rádio e TV. Houve deputado do Rio de Janeiro, o Daso Coimbra e o Isaías Maciel, que ressuscitaram a Confederação Evangélica Brasileira e receberam uma ajuda governamental para as atividades da ressurreta e natimorta, porque morreu pouco tempo depois. Houve um deputado pentecostal do Paraná, Mateus Iansen, que justificou o seu voto e as concessões recebidas pela votação como benção divina, com a qual poderia pregar o evangelho mais amplamente. Houve um deputado batista que ganhou a concessão de uma TV, que usou do mesmo argumento e com a venda da TV construiu um rentável negócio de carros.

Houvesse o trabalho do jornalista Fernando Rodrigues, que pesquisou o aumento patrimonial dos deputados e governadores desde 1998 até 2002, se estendido até 1987, talvez tivéssemos melhores explicações para certas riquezas pessoas de ex-deputados fervorosos membros de igrejas.

Na oportunidade, as igrejas, assustadas com a prática, constituíram uma Comissão de Investigação. Não deu em nada. Como não vai dar em nada a nova onda, limitando-se a maior implicada, a Universal, com a declaração de que não concorda com as práticas de seus representantes e a exclusão de alguns deles dos seus quadros.